

Deputados condenam monopólio e tentam mudar anteprojeto

JORNAL DE BRASÍLIA

2 DEZ 1987

Desorganização total na distribuição dos derivados de petróleo e sérios prejuízos à economia nacional e ao consumidor em particular. Esta é a previsão dos deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Samir Achôa (PMDB-SP), caso seja mantido, pelo plenário da Constituinte, o texto aprovado na Comissão de Sistematização que torna monopólio da União essa distribuição, permitindo apenas que a atividade seja delegada a "empresas privadas constituídas e sediadas no País, com maioria de capital nacional".

"Já estou com uma emenda pronta para apresentar ao plenário da Constituinte, modificando esse artigo para retornarmos à situação vigente" — informou o deputado Samir Achôa. "A proposta da Sistematização vai gerar, se aprovada, desemprego para cerca de 150 mil pessoas porque haverá fechamento de muitos postos de gasolina. Pelos meus cálculos, serão fechados cerca de 11 mil dos 21 mil existentes no Brasil".

Fuga

O deputado Roberto Cardoso Alves, um dos articuladores do "Centrão", considera que, além da desorganização da distribuição e do desemprego, haverá uma fuga de capitais estrangeiros extremamente danosa para a economia brasileira, "num momento em que precisamos de mais capitais".

Esta e outras propostas da Comissão de Sistematização que restringem a entrada de capital estrangeiro — seja ele de risco ou não — no Brasil são as questões de maior relevância que ambos os deputados pretendem emendar no plenário da Constituinte.

"A restrição ao capital estrangeiro é absurda" — afirmou o deputado Roberto Cardoso Alves. "Nós devemos estimular a entrada. Um País como o nosso que não tem capitais suficientes para seu desenvolvimento não pode criar empêchilos ao capital estrangeiro. Deve, sim, disciplinar essa entrada, subordinando-a aos interesses do desenvolvimento nacional".

Também favorável à entrada do capital estrangeiro, o deputado Samir Achôa acha necessário disciplinar a saída de capitais, sob a forma de lucros, royalties etc.

"Hoje, no Brasil, estamos afugentando criminosamente o capital estrangeiro", afirmou. "Isso trará graves consequências para nossa economia. Claro que é necessário disciplinar, proteger a indústria nacional, mas não de forma estúpida. Deve-se evitar a agressão por parte do capital mais forte contra a empresa nacional, mas racionalmente, sem essa bobagem de proteger de forma abusiva como estão pretendendo".

A proibição de a União ceder ou conceder, através de contratos de risco ou outra forma qualquer, participação na exploração de jazidas de petróleo ou de gás natural, também foi condenada pelos deputados.

Prazo

"A própria Petrobrás — lembra Roberto Cardoso Alves — participa da exploração de petróleo através de contratos de risco em outros países. Não tem sentido impedir a vinda de capitais de risco que vão ampliar nossa capacidade na pesquisa e lavra de petróleo".

Embora concordando com a entrada de capitais de risco, Samir Achôa considera que isso não é matéria constitucional e deve ser remetida à legislação ordinária.

"A questão não é ser contra o contrato de risco. Temos que ser contra a não prestação de contas pelos que assinaram esses contratos. Tenho documentos que comprovam que já foram assinados cerca de 200 contratos de risco para a pesquisa de petróleo. Mas, sintomaticamente, nas áreas destinadas a eles não foi encontrado nada. Tantos anos e nada de petróleo? Temos que disciplinar, através de lei ordinária, obrigando à prestação de contas e dando prazo improrrogável para a pesquisa e para a perfuração de poços. Agora, o que não podemos é vetar o contrato de risco por ato constitucional".